



Funaro e Albano Franco na CNI

# Menos populismo, pedem os empresários.

E o que diz um documento entregue ontem pela CNI ao ministro Funaro

Os industriais brasileiros aconselham o governo a "abandonar urgentemente a instabilidade e evitar a entrada do populismo na área econômica" consideram "impatrióticos os que se omitem e empurram o País para o abismo, motivados pela ambição desmesurada do poder econômico e político", e declaram-se dispostos a "enfrentar a doença com a medicação que for necessária, ainda que seja momentaneamente amarga e indigesta".

Essas são algumas das posições defendidas no documento entregue ontem ao ministro da Fazenda, Dílson Funaro, pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco, na sede da entidade, em reunião de mais de uma hora, da qual participaram todos os presidentes de federações estaduais de indústria.

O documento adverte ainda que a Nação corre o risco de se encaminhar "para um desastroso processo recessivo" e reivindica medidas rápidas do governo em se-

te pontos prioritários. O presidente da CNI destacou, após a entrega do documento, que a medida mais urgente é o controle das altas taxas de juros, "que estão inibindo as iniciativas de investimento".

Os líderes do setor industrial pleiteiam no documento que as taxas de juros do *open market* devem ser limitadas ao índice de inflação projetado para cada mês. Esse teto também seria utilizado para o desconto de duplicatas, com as demais linhas de financiamento aplicando a correção metotária pós-fixada.

O líderes industriais elegeram sete pontos básicos, onde o governo deve agir rapidamente. A lista é encabeçada pelo pedido de participação direta dos empresários na formulação de um programa econômico de longo prazo — no mínimo, 12 meses — com estabelecimento de "metas realistas" e respeito às leis de mercado.

Pedem também o estabelecimento de mecanismos básicos para a montagem de uma política de

renda que se ajustaria às políticas de preços, salários, juros, impostos, taxas e tarifas durante o período mínimo de um ano.

É reivindicada a reformulação da política de preços e da composição da cesta básica, como objetivo de se chegar a um "índice legítimo e confiável" para a correção dos salários. Para os líderes empresariais, a básica deveria refletir o perfil de consumo de famílias com renda mensal até dez salários mínimos e não cinco como atualmente.

Enquanto esta cesta básica não fosse definida, o Índice nacional de Preços ao Consumidor (INPC) seria mantido provisoriamente. Quando pronto, o novo índice seria utilizado, exclusivamente, para reajuste dos salários e como referencial para a política de juros no **OPEN** e no mercado financeiro em geral.

Os empresários também pediram o estabelecimento, de comum acordo com demais setores da eco-

nomia, a nível de produção, de metas de inflação para os próximos 12 meses, a partir do próximo dia 15 de março. As taxas seriam expressas em índices mensais decrescentes, iniciando em 7/8% em abril e caindo para 3/4% "o mais rápido possível". Os preços de maior influência sobre o novo índice de inflação seriam administrados e, se necessário, escalonando-se reajustes sob o controle do CIP.

O documento também pediu "uma política cambial realista", que acompanhe a evolução dos custos efetivos do setor exportador. Para isso, deveria ser utilizado como indexador do câmbio um Índice de Preços ao Produtor. Também foi pleiteada a criação do dólar turismo, com cotação diferenciada.

O ministro da Fazenda, depois de receber o documento, deixou rapidamente a sede da CNI. Disse que ainda não tinha lido o documento por inteiro e que se pronunciaria mais tarde sobre o seu teor.